




**CONGRESSO NACIONAL**  
**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

ETIQUETA

DATA 17/04/2020	<b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº954, de 2020</b>	
AUTOR <b>Senador Weverton – PDT</b>		Nº PRONTUARIO
<p>Inclua-se parágrafo ao artigo 2º da MP 954/2020, onde couber, e renumeram-se os parágrafos subsequentes, com a seguinte redação:</p> <p>§ A relação de dados cadastrais a que se refere o caput deste artigo deve ser fornecida à Fundação IBGE após a apresentação de relatório que demonstre a finalidade de uso de forma precisa e que justifique quais dados são adequados e necessários para essa finalidade, assim como o período de análise dos dados fornecidos, de forma que atenda a critérios mínimos de quantidade definidos pela metodologia da pesquisa.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A MP falha gravemente ao não limitar a coleta de dados ao mínimo necessário, especialmente por se tratar de uma pesquisa por amostragem. É desproporcional que o IBGE requisite os perfis dos usuários de serviço de telefonia de todos os brasileiros e de todas as empresas. Considerando a necessidade de pesquisa amostral, o IBGE deveria requerer das operadoras dados específicos e de acordo com a amostra necessária para cada pesquisa.</p> <p>Assim, da forma como se encontra no texto da MP, a coleta em massa de dados de usuários (pessoas físicas e jurídicas) das redes móvel e fixa de telefonia viola o Art. 6º, inciso III, da LGPD, que determina o princípio da necessidade.</p> <p>Ou seja, às operadoras deve caber fornecer ao IBGE tão somente blocos de dados de clientes correspondentes à amostra solicitada, ao invés de realizar a transferência de sua base de dados completa.</p> <p>Por estas razões, solicito apoio para a aprovação desta emenda.</p> <p>Comissões, em 22 de abril de 2020.</p> <div style="text-align: right;">  </div> <p>Comissões, em 17 de abril de 2020.</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Weverton-PDT/MA</b></p>		



SF/20600.38936-50